

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO

MARIA DE FÁTIMA PEREIRA

**APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
E O RISCO SOCIAL**

SÃO PAULO - SP
2010

MARIA DE FÁTIMA PEREIRA

**APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E O RISCO
SOCIAL.**

Trabalho apresentado ao
Centro Universitário
Salesiano de São Paulo,
como parte das
exigências à conclusão
da pós-graduação Lato-
Sensu em Direito
Previdenciário.

SÃO PAULO-SP
2010

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 4 |
| Capítulo 1 - A origem constitucional do direito previdenciário brasileiro | 5 |
| Capítulo 2 - A autonomia do Direito Previdenciário brasileiro | 7 |
| Seção 1 - Conceito de Seguridade Social. | 8 |
| Seção 2 - Os princípios e objetivos da previdência social | 8 |
| Capítulo 3 - Considerações da aposentadoria por tempo no tempo | 11 |
| Capítulo 4 - A aposentadoria por tempo de contribuição hoje | 14 |
| Seção 1 - O Fator Previdenciário | 18 |
| Seção 2 - A Expectativa de vida | 21 |
| Capítulo 5 - A aposentadoria por tempo de contribuição no futuro | 23 |
| Capítulo 6 - O custeio da previdência social e sua fiscalização | 25 |
| Seção 1 - Do financiamento da aposentadoria | 25 |
| Seção 2 - Crimes Previdenciários | 26 |
| Capítulo 7 - O privilegio da mulher, no tempo para a aposentadoria | 28 |
| Capítulo 8 - A aposentadoria por tempo de contribuição deve ser abolida? | 32 |
| Capítulo 9 - A aposentadoria por tempo de contribuição e o risco social | 34 |
| Seção 1 - de Risco Social no Seguro Social | 35 |
| Seção 2 - Nova Concepção de Risco Social – Necessidade Social | 35 |
| Capítulo 10 - Aposentadoria por Tempo de Contribuição e distribuição de renda | 37 |
| Capítulo 11 - A aposentadoria sob égide da Constituição Federal | 41 |
| Capítulo 12 - A aposentadoria por tempo de contribuição e o pressuposto de configuração da relação de trabalho protegida pelo estado – o conceito de igualdade | 45 |
| Capítulo 13 - A aposentadoria por tempo de contribuição e a idade do vigor. | 48 |
| Capítulo 14 - A grande dificuldade em completar o tempo de contribuição | 49 |
| Capítulo 15 - A importância da aposentadoria por tempo na hierarquia das leis | 52 |
| Capítulo 16 - A aposentadoria por tempo de contribuição e a valorização do salário mínimo | 55 |
| CONCLUSÃO | 58 |
| REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA | 61 |

INTRODUÇÃO

A APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E O RISCO SOCIAL. “Na lição de ARMANDO DE OLIVEIRA ASSIS, risco social “ (...) é o risco de o trabalhador, isto é, uma pessoa economicamente fraca, perder o seu salário, ou melhor, ver-se impossibilitada de o ganhar por motivo de certas eventualidades que são inerentes à vida do homem” .

Na atualidade, o risco social deve compreender o desgaste sofrido pelo trabalhador, em decorrência do tempo; a exclusão do trabalhador, do mercado de trabalho; a manutenção da dignidade da pessoa, por meio da distribuição de renda.

Portanto é a afirmação por todos, que a Previdência Social cobre contingências como a invalidez; a idade avançada; a morte; o repouso necessário à maternidade; a seqüela; a impossibilidade física pela constrição corporal (auxílio reclusão) e o desemprego involuntário. Surge a questão de saber qual o risco social coberto pela aposentadoria por tempo de contribuição.

Palavras-chave: aposentadoria por tempo de contribuição, tempo de serviço, risco social

Capítulo 1 - A origem constitucional do direito previdenciário brasileiro

Iniciou-se o Direito Previdenciário, conforme Wladimir Martinez¹, por contingência, em virtude dos fatos trágicos ocorridos com trabalhadores. Na Constituição Federal de 1824, assim dispunha o art. 179 XXXI: “A Constituição também garante os socorros públicos. A Constituição Federal de 1946 abre espaço, no art. 157, para a Previdência Social, pela primeira vez com essa designação. No inciso XVI, consagra a formula posteriormente adotada nas Constituições de 1967\69, referindo-se à “ previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as conseqüências da doença, da velhice e da morte”. No inciso XVIII alude, em particular, à proteção acidentária. Conforme o autor “ Curiosamente , não obstante a Lei Eloy Chaves tê-lo disciplinado (em 1923), nenhuma palavra sobre o tempo de serviço”. A Constituição Federal de 1967, não modifica, sendo o art. 158 praticamente o mesmo artigo 157 . Destaca-se o parágrafo único, no qual é fixada a precedência do custeio em relação às prestações. Comparece, pela primeira vez, o seguro-desemprego. É assegurada aposentadoria à mulher “ aos trinta anos de trabalho, com salário integral” (inciso XX). A Emenda Constitucional de 1969, não apresenta alterações substanciais em relação às de 1946 e 1967. O Capítulo II – Da Seguridade Social divide-se em três seções, e nos artigos 194\95, antecedendo-as, são estaqueadas as diretrizes básicas, as fontes de custeio e as prestações programadas nas divisões respectivas. No art. 195, trata enfaticamente da receita, revelando sua intenção de assentar a implantação da técnica protetiva em bases financeiras. A Constituição Federal de 1988, conforme Marina Vasquez Duarte², “apenas com a Constituição Federal de 1988, cujas determinações foram regulamentadas nas Leis 8.212\91 e 8.213\91, é que se unificou o sistema previdenciário de todos os trabalhadores da iniciativa privada, rural ou urbana, criando-se o Regime Geral da Previdência Social”. Com a Emenda Constitucional 20\98, a Carta Magna de 1988 sofreu significativa alteração no tocante à Previdência Social, restando fundamentalmente alterados os artigos 40 (servidor publico), 201 (trabalhador da iniciativa privada) e 202 (previdência complementar), com cerca de 100 dispositivos modificados (“ Reforma da Previdência Social”, LTr Editora,1999).

¹ MARTINEZ, Wladimir Novaes, Curso de Direito Previdenciário-Tomo I – 2ª. ed. Ltr, 2001

² DUARTE, Marina Vasquez, Direito Previdenciário, 6ª. edição, Verbo Jurídico, 2008

Com referencia às Leis Ordinárias, para Martinez³, “a autonomia do Direito Previdenciário nasceu em razão de suas leis” , com a elaboração de normas típicas e específicas.

³ MARTINEZ, Wladimir Novaes, Curso de Direito Previdenciário-Tomo I – 2ª. ed. Ltr, 2001

Capítulo 2 - A autonomia do Direito Previdenciário brasileiro

Conforme Ionas Deda Gonçalves⁴, no Brasil, o marco legislativo da Previdência Social é apontado oficialmente como 24 de Janeiro de 1923, data em que editado o **Decreto Legislativo n. 4.682**, conhecido como “ Lei Eloy Chaves”, que determinava a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões para os ferroviários, com o objetivo de amparar esses trabalhadores, contra riscos sociais clássicos, como doença, velhice, invalidez e morte. Foi criada de acordo com o modelo alemão.

Para Martinez , a Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS , **Lei. 3807/60** inaugura o Direito Previdenciário. Com caráter de lei complementar da Carta Magna, dividiu o modelo normativo brasileiro, até então dominado pelas leis particulares das caixas de aposentadoria das diferentes categorias profissionais. Consolidou a legislação, unificou-a, padronizou procedimentos administrativos não obstante os institutos de aposentadorias e pensões, continuarem operando até 31.12.66. Conforme Martinez “ verdadeiro código, com fixação de alguns princípios, normas gerais e especiais, magnífico trabalho de sistematização não superado até 27.7.91, quando praticamente revogada, impulsionou o estudo do Direito Previdenciário e propiciou os primeiros comentários sobre Previdência Social” .

A Consolidação das Leis da Previdência Social - CLPS. Em seu art. 6º. , a Lei. 6243\75 inovou no direito brasileiro e autorizou o Poder Executivo, através de decreto, a consolidar a legislação, isto é, reunir normas extravagantes no corpo da LOPS e, com isso, nasceu a CLPS. Para o autor, a CLPS “deveria ser atualizada a cada ano, mas isso se tornou impossível e vigeram apenas os decretos n. 77.077\76 (1ª CLPS) e n. 89.312\84 “.

O Plano de Custeio e Plano de Benefícios. Com a Constituição Federal de 1988, a legislação básica teve de ser revista. As novas regras estabelecidas impuseram modificação na disciplina. Em razão do art. 59 do ADCT – vencendo-se o prazo em 4.4.91 – o Congresso Nacional elaborou a Lei 8.212 (Plano de Custeio) e

⁴ Ionas Deda Gonçalves (Direito Previdenciário, coleção Curso e Concurso, ed. Saraiva, 2005

a de n. 8.213 (Plano de Benefícios), ambas de 24.7.91, com vigência em 25.7.91, retro eficácia em 5.4.91 e eficácia a partir de 22.9.91, com comandos legitimamente retroagindo e outros diferindo até o ano 2011 (art. 142). O Plano de Custeio e de Benefícios não resistiu ao tempo e foi bastante alterado por sucessivas leis ordinárias.

Decretos Regulamentares . Conforme Martinez⁵

“ diante da iniciativa do Poder Executivo e, por vezes, em razão da inércia do Legislativo, os decretos regulamentadores têm tido papel extraordinário na normatização da previdência. São infundáveis, padecendo, em muitas oportunidades, do vício de reproduzir o texto legal. Os decretos previdenciários ou são isolados ou regulamentares da lei; às vezes até, diretamente, da própria Constituição”. ⁶

Seção 1 - Conceito de Seguridade Social.

Trata-se de conceito objetivo, jurídico, contido no art. 194 da CF que prescreve ser a Seguridade Social , um conjunto integrado de ações, de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinada a garantir os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social.

Seção 2 - Os princípios e objetivos da previdência social

Conforme o artigo 2º. da Lei 8213\1991, a Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos: universalidade de participação nos planos previdenciários. Para Ionas Deda Gonçalves⁷, esse principio representa a própria idéia de Seguridade Social , tal como concebida no Relatório Beveridge, que defendia um sistema que protegesse o cidadão do berço ao tumulo, contra todas as situações de necessidade social. Principio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, significa acesso às mesmas

⁵ MARTINEZ, Wladimir Novaes, Curso de Direito Previdenciário-Tomo I – 2ª. ed. Ltr, 2001

⁶ ibid,pag.13

⁷ Ionas Deda Gonçalves ,Direito Previdenciário, coleção Curso e Concurso, Saraiva, 2005

prestações. Princípio da equivalência quer dizer igualdade de valores. Princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios, define quais situações de necessidade social, selecionando os eventos sociais que merecem cobertura do Sistema e definindo os benefícios e serviços correspondentes. Conforme o autor “ ao fazê-lo, deverá proceder de forma a atingir as contingências que tenham maior alcance social, inclusive distinguindo os cidadãos mais necessitados, ou seja, tendo como diretriz a redistribuição de rendas, objetivo maior do Sistema, pressuposto do bem-estar e da justiça sociais” . Princípio da Distributividade quer dizer justiça distributiva (dar a cada um segundo suas necessidades), conceito de justiça que se enquadra no termo justiça social, prescrito no art. 193 da CF. Em matéria previdenciária, a CF já pré-seleciona as contingências cobertas (art.201); trata-se, entretanto, de rol mínimo, que pode ser ampliado pelo legislador infraconstitucional, desde que o observe a existência de previa fonte de custeio . Princípio da Equidade na forma de participação no custeio (art. 194, parágrafo único , V, CF), São as garantias, o Cálculo dos benefícios: considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente; a irredutibilidade do valor dos benefícios , de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo; o valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo; a previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional; caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados.

Dentre os princípios mais tocantes ao presente estudo, da aposentadoria por tempo de contribuição e o risco social, acreditamos ser **o princípio da seletividade e distributividade**, portanto, o que melhor diz da necessidade (risco social) e distribuição de rendas, é dar ao segurado que contribuiu ou trabalhou por 30 ou 35 anos o direito ao repouso remunerado . Veja-se, que o mesmo princípio é utilizado por autores, entre eles o economista _Eduardo Fagnani⁸ , àqueles que não são segurados, amparados pelo braço assistencial do estado , conforme o autor:

“No caso específico da previdência social, a Constituição Federal corrigiu inúmeras desigualdades do regime urbano. Além disso, instituiu a Previdência Rural, equiparando os

⁸ FAGNANI, Eduardo, Economia Social e do Trabalho: o Salário Mínimo e Seguridade Social: a Vinculação Necessária

trabalhadores rurais aos urbanos, ampliando direitos sociais e trabalhistas e remediando uma omissão secular. Outra inovação da Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), foi a instituição do Benefício de Prestação Continuada (BPC). De caráter não contributivo, garante o pagamento de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não ter meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Na vigência do princípio da seguridade social, a exigência de comprovar 35 anos de tempo de serviço permitiu que um contingente extraordinário de trabalhadores de baixa renda se incorporasse ao sistema”.

Capítulo 3 - Considerações da aposentadoria por tempo no tempo

Em sentido mais amplo, a palavra aposentadoria quer dizer retirar-se aos seus aposentos, deixar de trabalhar, ficar em casa. Indica dar pouso, repousar.

Para Lazzari e Batista⁹, na Lei Eloy Chaves, a aposentadoria por tempo de contribuição era denominada “aposentadoria ordinária”. Já, antes da Emenda Constitucional n. 20\98, a denominação era aposentadoria por tempo de serviço. A LOPS, Lei Orgânica da Previdência Social, definia a Previdência Social, como aquela que “ tem por fim assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, prisão ou morte, daqueles de quem dependiam economicamente, bem como a prestação de serviços que visem à prestação de sua saúde e concorram para o seu bem-estar” .

A aposentadoria por tempo de serviço era devida, de forma proporcional, ao segurado que completasse vinte e cinco anos de serviços, se mulher, ou trinta anos, se homem, desde que cumprido o período de carência exigido. Para a aposentadoria com proventos integrais, o homem necessitava comprovar trinta e cinco anos de serviço e a mulher, trinta anos. No momento em que foi extinta, não havia exigência de idade mínima para a concessão do benefício, mas até a edição da Lei n. 4.130\62 era necessária a implementação, além do tempo de serviço, da idade exigida para aposentação.

Ainda conforme Lazzari e Batista¹⁰, havia elevado custo com tal aposentadoria, tanto que foi suspensa em 1940. Foi, contudo, restabelecida em 1948 e mantida pela Lei 3.807\60 (LOPS), já denominada de aposentadoria por tempo de serviço, porem com limite de idade de 55 anos, que somente foi suprimido em 1962, por intermédio da Lei n. 4.130, de 28.8.62.

A Constituição de 1988 especificava no art. 202, II, a aposentadoria após 35 anos de trabalho, ao homem, e após 30, à mulher, ou em termo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudicassem a saúde ou a integridade

⁹ CASTRO, LAZZARI, Carlos A. Pereira; J. Batista. Manual de Direito Previdenciário, 10ª. ed. Editora Conceito, 2008

¹⁰ Ibid, pag.43

física, definidas em lei. O professor teria aposentadoria após 30 anos e a professora, após 25 anos, por efetivo exercício de função de magistério (art. 202, III). O parágrafo 1º. do art. 202 da Lei Maior estabelecia a possibilidade da aposentadoria proporcional, após 30 anos de trabalho, ao homem, e, após 25 anos, à mulher.

Aos segurados filiados ao RGPS até 16.12.98, e que não tivessem completado o tempo de serviço exigido pela legislação de vigência, aplicam-se as regras de transição previstas no art. 9º. da EC 20\98, caso não prefiram se adequar às regras da aposentadoria por tempo de contribuição. Para quem se filiou ao RGPS após essa data, aplicam-se as novas regras, devendo comprovar tempo de contribuição e não mais tempo de serviço, sendo a aposentadoria concedida somente de forma integral e não mais proporcional.

As regras gerais sobre a aposentadoria por tempo de serviço eram disciplinadas nos artigos. 62 a 56 da Lei. 8213/91.

Período de Carência. O período de carência é de 180 contribuições mensais. Para o segurado inscrito na Previdência Social Urbana até 24.7.91, bem como para o trabalhador e o empregador rural cobertos pela Previdência Social Rural, a carência das aposentadorias por idade, por tempo de serviço e especial obedece a tabela prevista no art. 142 da Lei n. 8213/91, a qual, leva em conta o ano em que o segurado tinha implementado ou implementará as condições necessárias à obtenção do benefício.

Data do início do benefício. Era devido ao segurado empregado, inclusive o doméstico, a partir da data do desligamento do emprego (quando requerido tanto até essa data quanto até noventa dias depois dela), ou, da data do requerimento (quando não houvesse desligamento do emprego ou quando fosse requerido após noventa dias). Para os demais segurados, era a data da entrada do requerimento.

Renda mensal inicial. A renda mensal da aposentadoria por tempo de serviço, até a promulgação da EC 20\98, consistia: para a mulher: em 70% do salário de benefício aos vinte e cinco anos de serviço, mais 6% deste salário de benefício para

cada novo ano completo de atividade, até o máximo de 100% aos trinta e cinco anos de serviço.

O professor, após trinta anos, e a professora, após vinte e cinco anos de efetivo exercício em funções de magistério, poderiam aposentar-se por tempo de serviço com a renda mensal correspondente a 100% do salário de benefício (art. 56 da Lei 8.213\91).

O segurado especial que contribuisse facultativamente na escala de salários-base faria jus também ao benefício, uma vez atendido o tempo de serviço. Atualmente, o calculo segue a regra do par.6º. do art. 29 da Lei 8213\91, com a redação conferida pela Lei n. 9876\99.

Hoje, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, conforme estabelece a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003. O trabalhador terá, no entanto, que cumprir um prazo mínimo de contribuição à Previdência Social. Os inscritos a partir de 25 de julho de 1991 devem ter, pelo menos, 180 contribuições mensais. Os filiados antes dessa data têm de seguir a tabela progressiva.

Capítulo 4 - A aposentadoria por tempo de contribuição hoje

Hoje, assegura o inciso I, do parágrafo 7º do art. 201 da Constituição, de acordo com a Emenda Constitucional n. 20\98, aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social, nos termos da lei, na verdade, do Decreto 3.048\99, aos 35 anos de contribuição, se homem, e aos 30 anos de contribuição, se mulher. O professor aposenta-se com 30 anos de contribuição e a professora, com 25, desde que haja comprovação exclusiva de tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

A Emenda Constitucional 20, assegurou a concessão da aposentadoria por tempo de serviço, a qualquer tempo, aos segurados do RGPS que, até a data da publicação da Emenda (16.12.98), tivessem cumprido os requisitos para obtenção desse benefício, com base nos critérios da legislação então vigente (art. 3º., caput, da EC n. 20\98).

Nas palavras de Lazzari e Batista¹¹, “ Embora criticada por muitos doutrinadores, é da tradição da Previdência Social brasileira, a aposentadoria por tempo de atividade laborativa, razão pela qual, em que pese ter sido extinta a aposentadoria por tempo de serviço, permanece a noção de aposentadoria por tempo de atividade, com o surgimento de nova modalidade de jubilação”.

Com a Reforma da Previdência, efetivada pela EC 20\98, o tempo de serviço deixou de ser considerado para a concessão da aposentadoria, passando a valer o tempo de contribuição efetiva para o regime previdenciário e, não será mais concedida aposentadoria proporcional para quem entrou no mercado de trabalho depois da publicação da Emenda.

Conforme a regulamentação dada pela Previdência Social à matéria, a aposentadoria por tempo de contribuição é concedida de acordo com as seguintes regras: os segurados inscritos no Regime Geral da Previdência Social até 16 de dezembro de 1998, data da publicação da EC 20, inclusive os oriundos de outro

¹¹ CASTRO, LAZZARI, Carlos A. Pereira; J. Batista. Manual de Direito Previdenciário, 10ª. ed. Editora Conceito, 2008

regime de Previdência Social, desde que cumprida a carência exigida, terão direito à aposentadoria por tempo de contribuição nas seguintes situações: I - aposentadoria por tempo de contribuição ou de serviço, conforme o caso, com renda mensal no valor de cem por cento do salário de benefício, desde que cumpridos: a) 35 anos de contribuição, se homem; b) 30 anos de contribuição, se mulher; II – aposentadoria por tempo de contribuição com renda mensal proporcional, desde que cumpridos os seguintes requisitos, cumulativamente: a) idade: 53 anos para o homem; 48 anos para a mulher; b) tempo de contribuição: 30 anos, se homem, e 25 anos de contribuição, se mulher; c) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, em 16 de dezembro de 1998, faltava para atingir o tempo de contribuição estabelecido na alínea b.

Os segurados inscritos no RGPS a partir de 17 de dezembro de 1998, inclusive os oriundos de outro regime de Previdência Social, desde que cumprida a carência exigida, terão direito à aposentadoria por tempo de contribuição desde que comprovem: a) 35, se homem; b) 30, se mulher. As regras de transição previstas para os segurados inscritos no RGPS até 16.12.1998 estão contidas no art. 9º. da EC n. 20\98.

Conforme Lazzari e Baptista¹², as regras de transição, não se aplicam a aposentadoria integral, pois mais gravosas ao segurado, já que são previstos os seguintes requisitos: a idade mínima, de 53 anos para o homem, e de 48 anos, para a mulher; e, para atingir o tempo de contribuição de 35 anos, se homem, e de 30, se mulher, o cumprimento de um período adicional de contribuição equivalente a 20% do tempo, que, na data da publicação da emenda, faltasse para atingir o limite de tempo de contribuição, situação reconhecida pelo INSS, quando da edição da Instrução Normativa, INSS\DC n.57\2001 e mantido o entendimento conforme as instruções normativas subseqüentes. Essa orientação foi adotada pela TNU dos Juizados Especiais Federais.

A aposentadoria por tempo de contribuição é devida ao segurado empregado, inclusive ao domestico, a partir da data do desligamento do emprego (quando

¹² CASTRO, LAZZARI, Carlos A. Pereira; J. Batista. Manual de Direito Previdenciário, 10ª. ed. Editora Conceito, 2008

requerida até essa data ou até noventa dias depois) , ou da data do requerimento (quando não houver desligamento do emprego ou quando for requerida após noventa dias). Para os demais segurados, será a data da entrada do requerimento.

A renda mensal da aposentadoria por tempo de contribuição corresponde a 100% do salário de benefício, calculado na forma do parágrafo 9º. do art. 32 do Decreto n. 3048\99.

O segurado filiado ao Regime Geral da Previdência Social até 16 de dezembro de 1998, cumprido os requisitos previstos pela Emenda Constitucional n. 20\98, terá direito a aposentadoria, com valores proporcionais ao tempo de contribuição. Nesse caso, poderá haver três possibilidades de calculo da renda inicial, com direito de opção pela mais vantajosa, quais sejam: a) com computo do tempo trabalhado até 16.12.98 (EC n.20\98): media dos 36 últimos salários de contribuição, sem incidência do fator previdenciário e sem exigência de idade mínima para a aposentadoria proporcional; b) com computo do tempo trabalhado até 28.11.1999 (data publicação da Lei n. 9876\99): media dos 36 últimos salários de contribuição, sem incidência do fator previdenciário, mas exigida a idade mínima de 53 anos (homem) e 48 anos (mulher) para a aposentadoria proporcional; c) com computo do tempo trabalhado até a data da entrada do requerimento, se posterior a 28.11.1999, média dos 80% maiores salários de contribuição de contribuição a partir de Julho de 1994, incidência do fator previdenciário e idade mínima 53 (homem) ou 48 (mulher) anos para a aposentadoria proporcional.

Para os benefícios deferidos com contagem de tempo após 16.12.1998, o coeficiente de calculo será de 70% do salário de benefício acrescido de 5% por ano de contribuição que supere a soma do tempo de 30 anos, se homem, ou 25 anos, se mulher, mais um tempo adicional do pedágio (TRU dos JEFs da 4ª. Região, Incidente de Uniformização n.2004.72.95.004578-0, Sessão de 15.4.2005).

Quando da concessão de aposentadoria com computo do tempo e atividade até 16\12\1998, ou até 28\11\1999, a renda mensal inicial será calculada com base nos trinta e seis últimos salários de contribuição anteriores àquelas datas, reajustadas pelos mesmos índices aplicados aos benefícios, até a data da entrada

do requerimento, não sendo devido qualquer pagamento relativamente a período anterior a esta data, tais regras podem ser conferidas nos artigos 187 e 188 do Decreto 3.048\99.

O professor, nas funções de magistério de qualquer nível (educação infantil, ensino fundamental, médio e universitário), na condição de empregado, era assegurada a aposentadoria por tempo de serviço com renda mensal de 100% do salário de benefício, após trinta anos ou após vinte e cinco anos, à professora, de efetivo exercício de função de magistério. Essa garantia estava prevista no art. 202, III, da Constituição Federal.

Em face da Emenda n.20, a aposentadoria dos professores passou a ser tratada pelo art. 201, parágrafo 8º, da Constituição. Para que o segurado possa se aposentar como professor, terá de comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio, tendo direito ao benefício a partir dos trinta anos de contribuição, se homem, e vinte e cinco anos de contribuição, se mulher.

Foi extinta, a partir de 16.12.1998, a aposentadoria do professor ou professora universitários, aos trinta ou vinte e cinco anos, respectivamente, de efetivo exercício de magistério. Eles ficaram sujeitos a ter de cumprir o tempo de contribuição previsto na regra geral (trinta e cinco anos homens, trinta anos , mulheres). Todavia, os que tenham ingressado no magistério até a reforma e, se aposentarem pela regra de transição com tempo de efetivo exercício de funções de magistério, terão acréscimos de 17% (homem) e 20% (mulher) nos tempos de serviço já exercidos.

A Reforma da Previdência manteve a redução de cinco anos do tempo de contribuição dos professores em relação aos demais segurados.

Conforme Lazzari e Batista¹³, com as mudanças promovidas pela EC 20 de 15.12.98 (DOU de 16.12.98), e pela Lei.n. 9876\99 (DOU de 19.11.99), as normas de concessão e de apuração do benefício vão depender da época em que o segurado adquiriu o direito à aposentadoria, pois a legislação posterior não pode alterar a forma de calculo dos benefícios cujo direito já foi adquirido.

O INSS, deverá analisar, no pedido de aposentadoria, qual a melhor regra que pode aplicar, em benefício do segurado, o que determina o parágrafo 4º., artigo 56 do Decreto n. 3048\99.

Seção 1 - O Fator Previdenciário

O fator previdenciário foi instituído pela Lei 9.876\99 e trata-se de uma equação matemática destinada a manter o equilíbrio da renda mensal inicial dos benefícios levando-se em conta a idade do segurado, tempo de contribuição e expectativa de sobrevida. Conforme Juliana de Oliveira Ribeiro¹⁴:

“ através destas variáveis pode-se notar que aquele que deseja obter uma aposentadoria por tempo de contribuição mas cuja idade é precoce, obterá um benefício com um valor menor do que aquele que se aposentar com mais idade”.

Para a autora, portanto, o segurado ou segurada, embora tenha preenchido os requisitos constante da Constituição Federal, para aposentadoria com 35\30 anos de serviço\contribuição, tem direito a tal modalidade de aposentadoria, porém, só legitimada se tiver o requisito idade , no que se depreende, mínimo 60 anos o homem, 55 anos a mulher.

O Fator Previdenciário é uma formula utilizada para calculo de aposentadoria por tempo de contribuição, obrigatoriamente, e para calculo de aposentadoria por idade, facultativamente. Esta formula somente será aplicada aos benefícios concedidos após 29.11.99, que foi a data da entrada em vigor da Lei 9.876, de 16.11.99. A regra do parágrafo 7º. do art.29 da Lei de Benefícios, LB, determina ser

¹³ CASTRO, LAZZARI, Carlos A. Pereira; J. Batista. Manual de Direito Previdenciário, 10ª. ed. Editora Conceito, 2008

¹⁴ XAVIER RIBEIRO, Juliana de Oliveira, Direito Previdenciário, ed. Quartier Latin, 2008

ele calculado levando-se em consideração a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$f = \frac{T_c \times a \times [1 + (I_d + T_c \times a)]}{100}$$

f - fator previdenciário

Es - expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria

Tc - tempo de contribuição até o momento da aposentadoria

Id - idade no momento da aposentadoria

a - alíquota de contribuição correspondente a 0,31 (20% da empresa e 11% do segurado).

A expectativa do segurado na idade da aposentadoria é obtida a partir da tabua completa de mortalidade construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, considerando-se a media nacional única para ambos os sexos.

Em cumprimento ao disposto no Artigo 2, do Decreto Presidencial, n. 3266 de 19.11.1999, o IBGE vem divulgando anualmente a Tabua Completa de Mortalidade, referente ao ano anterior, no primeiro dia útil do mês de dezembro de cada ano. Atualmente, utiliza-se a tabua completa de mortalidade para ambos os sexos. Para os nascidos em 2008, a expectativa de vida é 72,8 (setenta e dois anos e oito meses) de idade.

De acordo com Marina Vasquez Duarte¹⁵, a expectativa de sobrevida é aquela calculada no momento da aposentadoria, com o tempo de contribuição e com a idade até esse momento, não sendo possível considerar expectativa de sobrevida extemporânea. Para a autora, não pode ser adotada, por exemplo, a tabua de mortalidade vigente em 2003 (publicada em 2002, referente a dados de 2001, para benefícios concedidos posteriormente, computando-se tempo de contribuição e salários-de-contribuição posteriores à vigência da nova tabela).

O Fator Previdenciário, portanto, foi a forma do governo estimular as pessoas a se aposentarem mais tarde. Na prática o fator previdenciário é a aplicação da idade mínima para aposentadoria, que foi rejeitada na votação da EC 20/98. E é

¹⁵ DUARTE, Marina Vasquez, Direito Previdenciário, 6ª. edição, ed. Verbo Jurídico, 2008

aplicado aos segurados filiados ao RGPS a partir de 29/11/1999 no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição, sendo opcional na aposentadoria por idade.

A lei instituidora do fator previdenciário estabeleceu que sua adoção dar-se-ia gradualmente, ao longo de cinco anos. Assim, no primeiro mês em que aplicado (dezembro de 1999) ele incidiu sobre 1/60 da média dos salários-de-contribuição; no mês seguinte (janeiro de 2000), sobre 2/60 daquela média; no terceiro mês (fevereiro de 2000), sobre 3/60, e assim sucessivamente. Isto significa que somente a partir de novembro de 2004, ele passará a ser aplicado em sua expressão máxima, para calcular o salário-de-benefício que dará origem à prestação em foco.

Em meados deste ano de 2009, a Comissão de Constituição de Justiça da Câmara – CCJ, aprovou o fim do fator previdenciário. O governo defende abertamente o substitutivo relatado pelo deputado Pepe Vargas (PT-RS). No relatório, Pepe propõe tempo mínimo de idade, somado ao tempo de contribuição, para que homens e mulheres se livrem do fator previdenciário.

Pela proposta, as mulheres terão de contribuir 30 anos e ter, no mínimo, 55 anos de idade para não pagar o fator. Já os homens, para se livrarem do fator, devem contribuir por 35 anos e ter, no mínimo, 60 anos de idade. Ou seja, somente quando a soma do tempo de contribuição previdenciária com a idade chegar a 85 (para as mulheres) e 95 (para os homens), o fator previdenciário deixará de existir.

Orientando a bancada do PT na CCJ, o deputado José Genoíno (SP) classificou o fator previdenciário como injusto e lembrou que o índice foi criado em 1999, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. “Queremos uma alternativa ao fator previdenciário”, defendeu. Mesmo aliados do governo FHC, no entanto, fizeram ressalvas ao fator previdenciário no momento atual. O deputado Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) afirmou que a medida foi necessária quando criada para evitar déficit na Previdência. “Hoje, temos outro tempo e outra circunstância”.

Portanto, prejudicados pelos déficits da Previdência, foram os segurados inseridos no tempo e circunstância que introduziram o fator previdenciário, ou seja, aqueles inscritos no INSS em Novembro de 1999 ou que à época estavam ainda longe de preencher os requisitos para suas aposentadorias.

Seção 2 - A Expectativa de vida

Vimos, que o princípio da seletividade e distributividade é o que mais toca ao objeto deste estudo, a aposentadoria por tempo de contribuição. Tal princípio diz do atendimento à necessidade do segurado, enquanto pessoa componente de uma sociedade. A necessidade tem diversas atuações, pode ser religiosa, política, econômica, etc., aqui, é a necessidade econômica, pois que o benefício previdenciário é substitutivo do salário, esse que compõe um dos requisitos essenciais da dignidade humana, especialmente no regime capitalista, como o nosso. Assim o segurado, obrigatoriamente como tal, se submete à relação de trabalho que é por natureza, subordinado, com dependência, pontualidade e carga horária mínima, de oito horas. A expectativa de vida do segurado empregado é realmente longa, após alhear sua força de trabalho por trinta ou trinta e cinco anos?

O segurado “convive com o fantasma do desemprego”, frase conhecida nossa. Tal tensão é mais um fator de sobrecarga emocional em sua vida. Se demitido, aos 40 (quarenta) anos de idade, sente-se condenado a não mais conseguir registro em carteira de trabalho, especialmente se não tiver se reciclado, se especializado, ou seja, se não for considerado “mão-de-obra especializada”.

Assim, a expectativa de vida, é de vida plena, com dignidade, infelizmente, não alcançada.

O jornal virtual “Último Segundo¹⁶”, nos trás a seguinte informação: “O desempenho do Brasil no ranking do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento Humano (PNUD) é empurrado para baixo pelo índice relacionado à expectativa de vida. O País alcançou a 75ª colocação de desenvolvimento humano entre um grupo de 182 países. Mas quando se analisa apenas a expectativa de vida, essa colocação cai para 81ª. “Não

¹⁶ <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2009/11/17/comissao+da+camara+aprova+o+fim>

existe mágica. Se o Brasil quer avançar no ranking, é preciso melhorar principalmente os indicadores de saúde", avaliou o economista sênior do PNUD, Flávio Comim. "Isso também precisa vir acompanhado de políticas de geração e distribuição de renda, alinhadas com medidas de educação." A média geral brasileira foi 0.813 - de uma escala que vai de zero a 1, a maior nota, que indica maior desenvolvimento. Os dados de referência foram de 2007. No relatório de 2008 (que leva em consideração dados de 2006), a média foi menor: 0,808. Para se chegar a esse número, chamado de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), são observadas quatro taxas: pessoas alfabetizadas, expectativa de vida, matrículas escolares e nível de renda. No primeiro quesito, o Brasil apresentou o 71º melhor desempenho entre todos os países avaliados. A taxa de matrícula foi ainda melhor: 40ª colocação. O nível de renda, por sua vez, foi o segundo pior colocado dos quatro itens avaliados: 79ª colocação entre todos os países"

Capítulo 5 - A aposentadoria por tempo de contribuição no futuro

No futuro, a hoje aposentadoria por tempo de contribuição será mantida? Assim, se antes de 1998 bastava o “tempo de serviço”, compreende-se sua revogação, já que uma vez comprovado, e mesmo sem haver quicá, nenhuma contribuição à previdência, aposentava-se por tempo de serviço. Após, aos inscritos até 16.12.1998, aposenta-se por tempo mesclado: de ao menos 15 anos de contribuição (180 contribuições) e o restante, 20 anos,o homem, ou 15 anos a mulher, pode ser de serviço, devidamente comprovado. Após, aos inscritos a partir de 16.12.1998, deverá comprovar o homem 35 anos e a mulher, 30 anos, de efetiva contribuição.....Assim, reitera-se a pergunta, com todos esses ajustes, ainda não se chegou ao ideal?, à aposentadoria por tempo de contribuição, precisa acumular-se com “ idade mínima”? Ou será que o Estado, jamais conseguirá efetivamente fiscalizar a entrada em seus cofres, desse tributo, a contribuição previdenciária, e portanto sabe, que o segurado não pode ser prejudicado, e prejudicando-se, prejudica-o antes, com óbices, com requisitos à mais do devido. Assim, vejamos no Capítulo abaixo, tal questão

O jornal AGORA SÃO PAULO, edição de 15/02/09 , mostra a seguinte noticia:

“Redutor será mantido para quem se aposentar cedo “
O novo cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição pode acabar com o fator previdenciário -índice que reduz o benefício-- para quem fizer o pedido mais tarde. O deputado federal Pepe Vargas (PT-RS), relator do projeto que acaba com o fator previdenciário na Câmara, vai propor que os segurados que atingirem o fator 95/85 recebam 100% do benefício. Isto é, para o homem, a soma da idade e do tempo de contribuição deverá ser 95. Para a mulher, 85. O projeto descarta uma idade mínima para o pedido, mas mantém a exigência de pelo menos 35 anos de contribuição para homens ou 30 para mulheres, além da aplicação do redutor para quem decidir se aposentar antes de atingir o fator 95/85. Pela proposta, um segurado que hoje tem 51 anos de idade e 35 anos de contribuição, por exemplo, continuaria a receber 62,9% da aposentadoria integral, com a aplicação do redutor. Mas, se ele contribuir por mais 4,5 anos, terá o benefício integral, pois terá 55,5 anos de idade e 39,5 anos de contribuição. "Pela regra atual do fator previdenciário, esse mesmo segurado teria que contribuir por mais 16 anos e iria se aposentar com 67 anos de idade e 51 anos de contribuição para ter a aposentadoria integral", disse o deputado. O outro ponto, é o congelamento da expectativa de vida para quem não completar o fator 95/85. Nesse caso, a expectativa de vida em vigor no ano em que o segurado completar 35 anos de contribuição (homens) ou 30 anos (mulheres) será usada na aplicação do redutor, mesmo que o pedido de aposentadoria seja feito depois, quando esse índice tiver mudado. O objetivo é fazer com que o impacto do redutor seja menor sobre o benefício, já que a expectativa de vida tem aumentado todo ano. Segundo Vargas, sua proposta terá um impacto pequeno nas despesas do

governo. Segundo suas projeções, em 2015, com a nova regra, a necessidade de financiamento do INSS, diferença entre o valor arrecadado e o pagamento dos benefícios, será de 1,2% do PIB (Produto Interno Bruto), "igual ao necessário se o fator for mantido". Em 2030, ainda segundo as projeções, o déficit será de 2,3% do PIB --com o redutor, seria de 2%.

Como se vê, preocupa-se o Poder Legislativo em manter a aposentadoria por tempo de contribuição, sem idade mínima, obedecendo a expectativa de vida do segurado, ao tempo em que completa o tempo de contribuição.

Capítulo 6 - O custeio da previdência social e sua fiscalização

Seção 1 - Do financiamento da aposentadoria

Sabe-se que o sistema previdenciário brasileiro funciona em regime de repartição simples, significando, na prática, que os atuais contribuintes estão financiando os benefícios dos que hoje encontram-se inativos; e que quando, no futuro, os primeiros também se aposentarem, sua inatividade será financiada pelos que, à época, terão ingressado no sistema como novos contribuintes. É o que se convencionou chamar solidariedade entre gerações. Esta mecânica, segundo o Livro Branco da Previdência Social¹⁷, apresenta o inconveniente de que toda a receita obtida no ano é utilizada para o pagamento dos benefícios, não havendo, assim, acumulação de reservas que possam ser utilizadas no futuro. Mas o problema, mesmo, segundo se depreende da argumentação tecida no mencionado relatório oficial, não é intrínseco ao modelo de repartição, e sim devido a alguns fatores externos, que o estariam inviabilizando. Os principais destes fatores seriam a transformação demográfica e a conseqüente insuficiência dos atuais ingressos de contribuições dos segurados, para efeito de financiamento dos benefícios hoje em manutenção.

A Previdência Social, é regida, pelo regime de repartição, em que os ativos (geração trabalhadora atual) pagam benefícios dos aposentados (geração anterior) esperando que a geração futura (novos trabalhadores a ingressar no mercado de trabalho) pague os seus pecúlios quando se aposentarem.

Conforme já dito em capítulos anteriores, até 1998, era tempo de serviço. A partir de 16.12.98, tempo de contribuição e até que se regule a lei, deve-se aceitar o tempo de serviço, como tempo de contribuição, é o que diz, a lei 8213\91 e a lei 10666/03. Comprovado o tempo de serviço, sendo que 180 contribuições devem ser demonstradas, aos inscritos após Julho de 1991 e aos anteriores, a tabela do art. 142 da Lei 8213\91, regra de transição. Assim, verificados os

¹⁷ Livro Branco da Previdência Social, http://previdenciasocial.gov.br/livrobranco_partel.pdf

requisitos, aposenta-se por tempo de serviço\contribuição, comprovando-se vinte anos de tempo de serviço, o homem e quinze anos, a mulher.

A fiscalização do recolhimento das contribuições sociais, de todos os empregadores e contribuintes diretos é um grande problema, para o governo, pois é enorme a incidência da sonegação . O art. 11, da Lei 8212\1991, nos informa:

Art. 11. No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

I - receitas da União;

II - receitas das contribuições sociais;

III - receitas de outras fontes.

Parágrafo único. Constituem contribuições sociais:

a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço;

b) as dos empregadores domésticos;

c) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário-de-contribuição;

d) as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro ;

e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

A lei de custeio, 8212\91, no art. 33, ainda dispõe:

Art. 33. À Secretaria da Receita Federal do Brasil compete planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições sociais previstas no parágrafo único do art. 11, as contribuições incidentes a título de substituição e as devidas a outras entidades e fundos.

Seção 2 - Crimes Previdenciários

No Código Penal, no ano de 2000, tipificou-se os “ crimes previdenciários”, são eles:

Apropriação indébita previdenciária

Art. 168-A. Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional:.

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem deixar de:

I – recolher, no prazo legal, contribuição ou outra importância destinada à previdência social que tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurados, a terceiros ou arrecadada do público; .

II – recolher contribuições devidas à previdência social que tenham integrado despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços;

III - pagar benefício devido a segurado, quando as respectivas cotas ou valores já tiverem sido reembolsados à empresa pela previdência social.

§ 2º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

§ 3º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que:

I – tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes de oferecida a denúncia, o pagamento da contribuição social previdenciária, inclusive acessórios; ou

II – o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.

Sonegação de contribuição previdenciária

Art. 337-A. Suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I – omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços;

II – deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços;

III – omitir, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º É extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma

§ 2º É facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que:

I – (VETADO)

II – o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais.

§ 3º Se o empregador não é pessoa jurídica e sua folha de pagamento mensal não ultrapassa R\$ 1.510,00 (um mil, quinhentos e dez reais), o juiz poderá reduzir a pena de um terço até a metade ou aplicar apenas a de multa.

§ 4º O valor a que se refere o parágrafo anterior será reajustado nas mesmas datas e nos mesmos índices do reajuste dos benefícios da previdência social.

Assim, um dos caminhos é o governo perseguir os fraudadores da previdência, aqueles que tem obrigação tributária de reter e repassar aos cofres da União, a contribuição, e não criar obstáculos ao segurado, de obter sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Capítulo 7 - O privilegio da mulher, no tempo para a aposentadoria

Tema que vem ocupando pequeno mas insistentemente - algum espaço nos debates sobre o modelo previdenciário brasileiro, é o concernente à diferenciação entre homem e mulher no tocante ao tempo de contribuição necessário para aposentadoria.

A Constituição de 1967 reduziu, de 35 para 30 anos, o tempo de serviço suficiente para que a mulher e somente ela - fizesse jus à chamada aposentadoria integral. E a Emenda nº 20/98, mantendo a discriminação, estabeleceu que o direito da mulher à aposentadoria por tempo de contribuição surgirá após 30 anos de aportes financeiros 5 anos a menos do que o homem, portanto.

O que motivou a introdução desse especial tratamento na Carta de 1967 foi a tese conhecida por dupla jornada , no sentido de que a mulher que se lança no mercado de trabalho acaba exercendo, concomitantemente, duas atividades laborativas: uma no referido mercado, e outra no próprio lar, sendo remunerada apenas em relação à primeira. A redução do tempo de serviço (hoje, de contribuição) bastante para a aposentação seria, assim, uma forma de compensá-la pela sobrecarga decorrente desse acúmulo de atividades.

Assim também pensa o já citado Francisco de Oliveira quando defende que a aposentadoria em menor tempo para a mulher não deve ser vista como prêmio, mas como ressarcimento pela arduidade da dupla jornada¹⁸.

Ocorre que hoje em dia, o assunto já não é tão pacífico quanto possa ter sido naquele ano de 1967. Diz-se que o homem se envolve mais hoje, com relação à administração do lar e a maior expectativa de vida da mulher. No que diz com o fato da administração do lar, e eximindo-nos de investigar as respectivas causas embora estejamos convencidos de que o fato de a mulher ter-se lançado mais incisivamente no mercado de trabalho seja uma delas -, parece claro que, de um modo geral, o homem do início do Século XXI ocupa uma parte do seu tempo com

¹⁸ O Plano de Benefícios da Previdência Social e a Aposentadoria por Tempo de Serviço. Seminário Internacional sobre Previdência Social e a Revisão Constitucional, MPS/CEPAL, 1994, p. 146

as questões domésticas aí incluída a tarefa de educação dos filhos maior do que a que se verificava com as gerações masculinas que o antecederam. Para confirmá-lo, basta atentar-se para determinadas cenas que se tornaram comuns no dia a dia das famílias brasileiras, que têm o homem como ator ou, no mínimo, como coadjuvante. Assim, ir às compras para abastecer o lar; levar os filhos à escola; administrar a economia doméstica; auxiliar no cuidado, mesmo, da casa, no sentido de arrumação e limpeza do ambiente em que vive, são alguns exemplos de atividades com as quais o homem tem se ocupado, senão com exclusividade, menos em cooperação com a mulher, o que, no mínimo, alivia a aludida sobrecarga desta. Isto sem mencionar a circunstância de que, não raro e cada vez mais necessariamente, o homem também se sobrecarrega por exercer, concomitantemente, duas atividades no mercado de trabalho (mantendo dois vínculos empregatícios, por exemplo), a fim de que lhe seja possível fazer face às despesas com a manutenção do lar.

O outro ingrediente é de constatação simples e objetiva: a mulher vive mais do que o homem, e, conseqüentemente, ainda que lhe fosse exigido o mesmo número de contribuições para efeito de aposentadoria, ela gozaria do benefício por um lapso de tempo maior. Este tem sido, aliás, o principal argumento utilizado pelos que defendem o retorno da igualdade entre os sexos, no tocante ao tempo mínimo de contribuição necessário para o gozo dessa aposentadoria.

No período que antecedeu a votação da PEC nº 33/95, a proposta de igualação chegou a ser aventada tanto em algumas comissões especiais, instaladas no âmbito interno do poder constituinte reformador, como em outros fóruns de discussão, promovidos nos mais diversos setores da sociedade. Assim é que a Comissão Especial da Câmara dos Deputados para Estudo do Sistema Previdenciário sugeriu estudar a igualdade entre homens e mulheres para a concessão de benefícios, enquanto, no ciclo de estudos promovidos pelo Ministério da Previdência Social, em conjunto com a CEPAL, Roberto Macedo apresentava proposta no sentido da exigência geral de idade mínima (65 anos) para ambos os sexos.^{19 20}

¹⁹ A Previdência Social e a Revisão Constitucional, vol. 1, p. 54

²⁰ A Previdência Social e a Revisão Constitucional, vol. 1, p. 80

A idéia, como se sabe, resultou não contemplada na EC nº 20/98. Não obstante, o assunto tem sido recorrente nas discussões que ainda hoje se travam a respeito desse controvertido benefício que é a aposentadoria por tempo de contribuição. Em verdade, o que se verifica é uma tendência mundial à igualação aqui abordada como consta do Livro Branco da Previdência Social, quando, ao enfrentar a idéia e registrar que, não obstante, seria mantida a diferenciação entre os sexos masculino e feminino, assinalou que a tendência universal é, de fato, a igualdade de tratamento. Para ilustrar a assertiva, o mesmo relatório oficial menciona, no seu item 1.5.1, cinco países em que isto já se dá: Uruguai, Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra (neste último, apenas a partir do ano de 2010).

Em sua participação no já referido encontro promovido pelo Instituto Ethos, o ex-Ministro José Cechin sugeriu a supressão do *discrímen*, enquanto Ricardo Young, aproveitando o ensejo, mencionou que no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social daquela entidade já há uma proposta nesse sentido, partindo das mulheres²¹.

Contudo, a sugestão não tem acolhida pacífica na doutrina. Contrário a ela, Wladimir Novaes Martinez afirma que não se deve considerar apenas a maior expectativa de vida da mulher, mas também o seu papel na sociedade, do qual se justificaria o nível diferenciado do dos homens. Para esse autor, o fato de viver mais, a maternidade e a dupla atividade não podem ser esquecidas²², acrescentando que o legislador, quando distinguiu entre homem e mulher, o fez sabendo que esta última desfrutava de maior expectativa de vida, valorizando devidamente a maternidade e a dupla jornada²³ como todo tema polêmico e este, sem dúvida, o é -, o da distinção entre os sexos no critério material da aposentadoria por tempo de contribuição não deixará, certamente, de ser contemplado nas discussões que antecederem uma possível e nova reforma no atual sistema previdenciário brasileiro, quando então caberá à sociedade como sói acontecer em tais circunstâncias decidir se, várias

²¹ Livro Branco da Previdência Social, http://previdenciasocial.gov.br/livrobranco_partel.pdf

²² Responsabilidade Social Empresarial e a Reforma da Previdência Social, Instituto Ethos, http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/publicações/Debates/entrevista.shtml. Acesso em 24/04/2004

²³ Comentários à Lei Básica da Previdência Social, p. 336

décadas após ser instituído, e não obstante os ponderados argumentos em sentido contrário, o tratamento distinto aqui abordado ainda se justifica.²⁴

²⁴ Ibid, p. 342

Capítulo 8 - A aposentadoria por tempo de contribuição deve ser abolida?

Para Fernanda Reis Pereira²⁵, em sua monografia, é bastante difundida a idéia , entre autores, da extinção da aposentadoria por tempo de contribuição, assim afirmando:

“ de acordo com dados do IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o RGPS brasileiro caracteriza-se, por exemplo pela possibilidade de aposentadoria sem a exigência de uma idade mínima para a sua concessão, o que não ocorre em nenhum outro país, salvo na Itália, que, entretanto, já possui uma regra de transição que eliminará essa brecha.”

Conforme a autora, sobre os defensores da Idade Mínima com o Tempo de Contribuição:

“Já há bastante tempo que os estudiosos do direito previdenciário e, inclusive, membros dos Poderes Legislativo e Executivo interessados na matéria, estão convencidos acerca da imprescindibilidade de que a aposentadoria por tempo de contribuição somente seja concedida ao segurado que implemente , cumulativamente, número de contribuição e idade.” Citando, RIO NOGUEIRA que afirma:

“(...) com uma lei de três artigos, que é a Lei. 4.130 de 28 de Agosto de 1962, o Presidente João Goulart eliminou o limite de idade e, com isso, praticou o crime de maior expressão contra a economia popular na área da Previdência Social”.

Também Celso Barroso Leite, sua opinião é de que a inexistência de um limite etário mínimo para o direito a essa aposentadoria é mais uma falha da nossa previdência social; e, independentemente de outras considerações, seu restabelecimento melhoraria muito a situação. Após ressaltar que o limite adequado depende de condições sociais, demográficas, econômicas, políticas e até culturais, cujo conjunto torna complexa a sua definição, afirma esse conceituado jurista que um bom parâmetro reside nos limites de idade já estabelecidos para os servidores públicos.

Não cremos na extinção da Aposentadoria por Tempo de Contribuição, mas a nova reforma da previdência com certeza atrelará à contribuição a idade, logo, teremos a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, como ocorria à época das Caixas e dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, bem como nos dois primeiros anos de vigência da LOPS. Todavia, é conveniente que a idade mínima

²⁵ Revista de Direito Social, editora NOTADEZ n. 32, 10\12 – 2008-periodicidade trimestral, ano VIII – SP 3367.1010 - págs. 55\70 POR : Fernanda Reis Pereira: monografia de conclusão de semestre na disciplina de Direito Previdenciário do mestrado da PUC\SP

seja elevada. Se fixada em 65 anos, para o homem, e 60 anos, para a mulher, ter-se-á aproximado demais este benefício da aposentadoria por idade, já assegurada no nosso direito. Melhor será o estabelecimento de limites mais baixos (60 e 55 anos, respectivamente para homens e mulheres, conforme, aliás, propunha a PEC 33/95).

Capítulo 9 - A aposentadoria por tempo de contribuição e o risco social

Em todas as propostas de modificação da legislação previdenciária, sempre se pretendeu extinguir o benefício em comentário, conforme registra o eminente jurista Sergio Pinto Martins. Há autores²⁶ que preconizam o fim da aposentadoria por tempo de serviço com o argumento de que não há risco a ser coberto nesse sistema, não se justificando a proteção da previdência social, que é embasada no referido risco social .

Diz-se alias, que o art. 201 da Constituição não prevê a aposentadoria por tempo de contribuição como contingência a ser coberta pelo sistema.

Contudo, a aposentadoria por tempo de contribuição deva ser mantida, pois há contingência a ser coberta, porque o trabalhador já se apresenta cansado de tantos anos de trabalho. O tempo de contribuição é considerado contingência , diante do pressuposto trabalho, pelo desgaste do trabalhador com o passar dos anos. E deve ser mantida a aposentadoria por tempo de contribuição também, pela dificuldade, quase impossibilidade do trabalhador conseguir emprego, pois tem mais de 40 anos , e não se pode negar, que a aposentadoria por tempo de contribuição é até mesmo uma forma de renovação de quadros, dando oportunidades aos mais novos, concedendo maiores postos de trabalho aos iniciantes.

Eduardo Rocha Dias Professor de Direito Previdenciário da Universidade de Fortaleza - Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará-Procurador do INSS em Fortaleza diz o seguinte: ” .A Seguridade Social, como técnica de proteção, há de ser regulada juridicamente com observância de normas e princípios constitucionais que buscam tutelar a dignidade da pessoa humana e construir uma sociedade livre, justa e solidária. Não se nega a necessidade de reformas e de eliminação de distorções e atecnias. Mas se deve questionar se tais reformas não pretendem, muito mais do que alcançar o bem-estar da sociedade brasileira, disponibilizar para o Governo um volume maior de recursos para ser aplicado em finalidades totalmente alheias aos interesses da sociedade e diversas das fixadas pela Lei Maior”.

²⁶ MAGANO, Octávio Bueno. Aposentadoria, 1992:303.

A constatação supra, faz refletir sobre o significado do Estado, sua importância e magnitude. Também faz refletir sobre “o caminhar de sua gente”, a liberdade de iniciativa das pessoas, sua cultura, etc., e o Estado será maior interventor nesse processo, quanto menor for o desenvolvimento coletivo, ou seja, da maioria, desprovida de recursos básicos, de dignidade humana. Assim, o desvirtuamento do Estado na destinação dos recursos, apurados de sua intervenção, torna-o ilegítimo, responsável inclusive, no âmbito internacional.

Seção 1 - de Risco Social no Seguro Social

Risco social é o evento ou acontecimento futuro e incerto que provoca um dano passível de reparação econômica. Idéia gerada: substituição do salário – a indenização oriunda da ocorrência do evento que gera a proteção contra o risco, é uma forma de compensação de determinados encargos ou despesas originadas pela redução ou perda dos rendimentos. Suas principais características são: ALEATORIEDADE - Evento acontece aleatoriamente à vontade do segurado. FUTURO - Ocorrência no futuro, do evento ou acontecimento. INCERTEZA - Não temos a certeza do momento exato do acontecimento do risco, ele é previsível (ex: morte), mas não é certo.

Seção 2 - Nova Concepção de Risco Social – Necessidade Social

O direito à seguridade social nasceu do fato de as pessoas serem membros da sociedade. A proteção social foi ampliada, pois além de incluir os riscos e a sua consequente proteção econômica, abrange o que chamamos de necessidades básicas das pessoas como membros de uma sociedade constituída. Necessidades essenciais de cada indivíduo tornam-se necessidades sociais, uma vez que, não atendidas, repercutirão sobre os demais indivíduos e a sociedade inteira.

O sistema de superação de necessidades não se limitará somente àquilo que chamamos de objeto da relação previdenciária (risco social). O objeto da proteção, do sistema de seguridade social, irá além dos limites do risco, abarcando a luta incessante pela superação de toda e qualquer necessidade.

Uma nova concepção de risco social se traduziria, nas palavras de Armando de Oliveira Assis²⁷, como se segue:

“E aqui queremos chamar a atenção para as características novas da acepção que perseguimos. Hoje em dia, como assinalamos linhas atrás, quando se refere ao “risco social”, mesmo dentro das novas fórmulas da “seguridade social”, o que se faz é individualizar o risco, e sobretudo considerá-lo como tópico, apenas, do indivíduo que trabalha e possui como únicos bens os proventos de suas atividades, isto é, encarar-se tão somente o homem de escassos recursos: o risco é dado como um fenômeno intrínseco do trabalho assalariado.

Na concepção que defendemos, o risco se torna socializado, ameaça igualmente o indivíduo e a sociedade, ou quiçá, mais a esta do que àquele. O homem deve ser protegido não porque seja um trabalhador, um produtor de riquezas: mas pelo simples fato de ser um cidadão, de conviver em sociedade.

O “risco social”, conforme pretendemos modelar, é o perigo, é a ameaça, a que fica exposta a coletividade diante da possibilidade, de qualquer de seus membros, por esta ou aquela ocorrência, ficar privado dos meios essenciais à vida, transformando-se, destarte, num nódulo de infecção no organismo social, que cumpre extirpar.”

²⁷ Revista de Direito Social, editora NOTADEZ n. 32, 10\12 – 2008-periodicidade trimestral, ano VIII – SP 3367.1010 - págs. 55\70 POR : Fernanda Reis Pereira: monografia de conclusão de semestre na disciplina de Direito Previdenciário do mestrado da PUC\SP, sob coordenação do Prof. Dr. Wagner Balera. Conforme Fernanda Reis Pereira, CITA RIO NOGUEIRA (pág.42)

Capítulo 10 - Aposentadoria por Tempo de Contribuição e distribuição de renda

Em artigo publicado pelos economistas Davi Jose Nardy Antunes, Denis Maracci Gimenez e Eduardo Fagnani²⁸:

“Ao longo dos últimos anos, a discussão sobre pobreza tem-se tornado cada vez mais central no debate nacional e internacional. Todavia, no que se refere ao caso brasileiro, a importância do crescimento econômico para a redução da pobreza tem sido freqüentemente minimizada, o que contradiz as experiências de países mais bem-sucedidos nesse campo.

Nesse sentido, tomando a experiência internacional como o cerne da argumentação, pretendemos ressaltar que o crescimento econômico é o mais decisivo fator para a redução da pobreza. Ao mostrar a forte correlação entre crescimento econômico e redução da pobreza nos países que apresentaram crescimento acelerado, faremos o contraponto com os 25 anos de semi-estagnação pelos quais passa a economia brasileira e seus reflexos negativos sobre a riqueza nacional e o bem-estar social.

Da mesma forma, ao se avaliar a importância dos gastos públicos no combate à pobreza e à desigualdade, chamaremos a atenção para a necessidade de se analisar a renda *per capita* disponível em cada país. Nas últimas décadas.

Na verdade, o que cabe destacar é que a idéia propagada de que países como o Brasil já gastam muito na área social, em saúde ou educação, por exemplo, não corresponde à realidade. De fato, talvez gastem demais tendo em vista a estagnação, a precariedade das finanças públicas e a falta de recursos derivadas do limitado desenvolvimento econômico.

A experiência brasileira mais recente (2004) também confirma a forte relação entre crescimento econômico e redução da pobreza. Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelaram uma redução de 8% na proporção de pobres no

²⁸ 28, ANTUNES, GIMENEZ e FAGNANI, Davi Jose, Denis Maracci, Eduardo, Economia Social e do Trabalho, vol1, Ltr,2007

Brasil (linha de pobreza de R\$ 115,00) entre 2003 e 2004. Muitos se apressaram em eleger o Programa Bolsa-Familia como o “ maior responsável” pelos feitos. Todavia, em ultima instancia, a despeito do inequívoco papel da política social (universais e focalizadas), os resultados da PNAD 2004 refletem, sobretudo, o crescimento de quase 5% do PIB – elevado ante a média medíocre dos ultimos 25 anos – e de seus impactos positivos sobre o mercado de trabalho, dos quais se destacam:

- a) A taxa de desemprego passou de 9,7% para 9,0% (2004), a menor dos últimos seis anos
- b) O nível de ocupação foi o mais alto desde 1996 (56,3%).
- c) A população ocupada aumentou 3,3% em relação a 2003. Foram abertos 2,7 milhões de novos postos de trabalho (1,6 milhões de empregos formais e 1,1 milhão de informais).
- d) O numero de pessoas ocupadas sem remuneração monetária declinou entre 2003 e 2004.
- e) Em contrapartida, houve um crescimento dos empregados (6,1%) e trabalhadores domesticos (4,2%), enquanto a variação do numero de trabalhadores por conta própria foi insignificante (0,6%).
- f) o número de empregados com carteira assinada aumentou 6,6%.
- g) A remuneração media real das pessoas com rendimento de trabalho deixou de cair em 2004, mantendo o patamar de 2003 (R\$ 733,00) e interrompendo-se a tendência de queda real (18,8%) iniciada em 1997.
- h) a melhora na distribuição de renda é explicada por um duplo movimento: os 50% dos ocupados com as menores remunerações tiveram ganhos reais de 3,2% enquanto os 50% com os maiores rendimentos sofreram perda real de 0,6%. Em suma houve um nivelamento para baixo da pirâmide social: os miseráveis ficaram menos miseráveis e a classe media empobreceu ainda mais.

Notas finais: estratégia de combate à pobreza no Brasil

Nos últimos anos produziu-se um consenso equivocado de que o combate à pobreza pode ser obtido exclusivamente via programas focalizados (como o Bolsa-Familia). Essa perspectiva, de caráter liberal e conservador, preconizada pelas agencias internacionais de fomento, encontra adeptos dentre especialistas em nosso país, sendo acolhida, com entusiasmo, por amplos setores da sociedade e do governo. Por um lado, essa corrente desqualifica a importância do crescimento econômico no combate à pobreza. Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem do “ Relatório sobre o combate à pobreza no Brasil” elaborado pelo Banco Mundial: “ embora o crescimento talvez não seja aritmeticamente necessário para acabar com a pobreza extrema no Brasil, o crescimento permanece sendo um elemento crítico para gerar oportunidades econômicas e melhorar as perspectivas para a redução sustentada da pobreza. Dado o tamanho pequeno do hiato de renda agregado dos

pobres, o Brasil talvez não pareça precisar de crescimento para por fim à pobreza (Banco Mundial, 2003, p.13)".

De outro lado, visando ao Estado Mínimo, essa corrente desqualifica a necessidade de políticas sociais que assegurem direitos universais, conquistados pela Constituição de 1988. O gasto social aplicado nesse campo, tido como "elevado" ante a experiência internacional, seria apropriado pelos 20% mais "ricos" (os que possuem renda familiar mensal per capitã superior a R\$ 471,00), pela " elite dos trabalhadores" (aqueles que possuem Carteira de Trabalho) e por uma casta de "velhos" e " vagabundos" (em detrimento da educação das crianças, outro caminha possível para a inclusão social) .

Tal fundamentalismo é insuficiente seja no diagnostico seja nas proposições, para dar conta de um problema estruturalmente crônico. De fato, uma efetiva estratégia de combate à pobreza no Brasil não pode prescindir de programas focados naqueles que estão à margem do trabalho e submetidos à miséria extrema. O equivoco é pretender fazer desse eixo a própria "estratégia" de enfrentamento do problema social.

Nesse sentido, além de ações focalizadas, não há duvidas de que o crescimento econômico deve ser o principal sustentáculo de uma estratégia dessa natureza. Embora insuficiente, trata-se de condição necessária, por seus efeitos sobre o emprego, a renda e a mobilidade. Ademais, em nosso país, o emprego (especialmente com carteira assinada) é um divisor de águas entre a cidadania e a caridade.

Também é preciso considerar que temos deficiências estruturais nas áreas consagradas nos paradigmas clássicos do Estado do Bem-Estar: saúde publica, educação, previdência, assistência social e seguro-desemprego. Nossa questão social também inclui deficiências nos campos da habitação popular, saneamento básico e transporte público. Finalmente, temos ainda vivo o problema da Reforma Agrária. A superação desses problemas requer, necessariamente, políticas governamentais de natureza universal.

O liberal conservadorismo vem alimentando a ilusão de que ao cruzar a linha de pobreza o miserável adentrara o paraíso. Na verdade, a saída desse labirinto depende de um amplo projeto nacional e desenvolvimentista que combine crescimento econômico, estabilização monetária e políticas sociais estruturais (universais) e emergenciais (focalizadas)".

Portanto, não há dúvida, de que a aposentadoria por tempo de contribuição, mais que direito é fator de distribuição de renda, numa sociedade de alta concentração da economia.

Capítulo 11 - A aposentadoria sob égide da Constituição Federal

Tratando-se de estudar a aposentadoria por tempo de contribuição e seu risco social, importante trazer a legislação pertinente, desde a Constituição Federal de 1988 e leis da época, até o presente momento, conforme infra transcreve todo o arcabouço legal.

Constituição Federal de 05 de Outubro de 1988. No capítulo “Da Previdência Social”. inaugura-se portanto, no art. 201 o requisito “contribuição” do segurado, para obtenção dos benefícios previdenciários. A Emenda Constitucional 20\98, frisa o “caráter contributivo”, no art. 201 ainda, determina a observância de “critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial”.

A Constituição Federal de 1988 abre o leque de segurados no parágrafo 1º., em que qualquer pessoa pode participar dos benefícios previdenciários, desde que contribua.

A CF\88 no artigo 201 faz propaganda da Previdência Social, a partir do parágrafo 1º, assim:

“Qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social, mediante contribuição na forma dos planos previdenciários. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. Todos os salários de contribuição considerados no cálculo de benefícios serão corrigidos monetariamente. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei. Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. A gratificação dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano”.

Enquanto a Emenda Constitucional de 1998 “freia os ímpetos e avisa o caráter obrigatório da filiação, o caráter contributivo e o equilíbrio financeiro e atuarial.

Assim, deu-se a partir 1988, uma avalanche de filiações na modalidade facultativo. Os trabalhadores informais também se inscreveram, em decorrência da maior atenção que a previdência social ganhou do constituinte originário, a

assegurar a manutenção do seguro social, que necessitava ser resgatada. Outro fator levou o aumento da filiação: a valorização do salário mínimo, como veremos mais a frente.

O art.202, reafirma o disposto no art. 201: assegura a aposentadoria; a correção monetária de seus valores mês a mês, a regularidade de seus reajustes anuais e o valor base de um salário mínimo. Quanto ao assunto aqui tratado, aposentadoria por tempo de contribuição, assegura-a o art. 202, aos 35\30 anos homem/mulher , ou em tempo inferior se sujeitos a condições especiais que agredam a saúde. Reduz em 5 anos para o professor\professora . Assegura a aposentadoria proporcional 30\25 homem mulher.

Art. 201. Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a: **I** – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os resultantes de acidentes do trabalho, velhice e reclusão; **II** – ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda; **III** – proteção à maternidade, especialmente à gestante; **IV** – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; **V** – pensão por morte de segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, obedecido o disposto no parágrafo 5º. e no art.202; **parágrafo 1º.** Qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social, mediante contribuição na forma dos planos previdenciários. **parágrafo 2º.** É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. **Parágrafo 3º.** Todos os salários de contribuição considerados no cálculo de benefícios serão corrigidos monetariamente.

Parágrafo 4º. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei. **Parágrafo 5º.** Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo. **Parágrafo 6º.** A gratificação dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano. **Parágrafo 7º.** A previdência social manterá seguro coletivo, de caráter complementar e facultativo, custeado por contribuições adicionais. **Parágrafo 8º.** É vedado subvenção ou auxílio do Poder Público às entidades de previdência privada com fins lucrativos.

Art.202. É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições

...

II – após trinta e cinco anos de contribuição, ao homem, e, após trinta, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei;

...

Parágrafo 1º. É facultada aposentadoria proporcional, após trinta anos de trabalho, ao homem, e, após vinte e cinco, à mulher.

Com a reforma da previdência, grande alteração ocorreu , e resultou a **Emenda Constitucional numero 20 de 15 de Dezembro de 1998**. Dez anos após, a EC 20\98 puxa o freio e informa que os benefícios previdenciários devem atender àqueles que estão sob risco social, frisando para as hipóteses da doença, da invalidez, morte, idade avançada, resguardado sempre, o caráter contributivo. Ora, o segurado facultativo é o contribuinte direto, responsável pelo aumento de filiação e em regra, não está exposto aos “ riscos sociais” supra elencados. Entende o Instituto Nacional de Seguridade Social, que os autônomos não estão intermitentemente expostos ao risco social do acidente do trabalho .

A disposição sobre a modalidade aposentadoria por tempo de contribuição, que ocupava o incisos II, III e parágrafo 1º., do artigo 202 na CF\88, agora, na EC 20\98, ocupa o parágrafos 7º. e 8º. do art. 201. Tal remanejamento do assunto, não minimiza sua importância , não o fragiliza. Vejamos :

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: I – cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; II – proteção à maternidade, especialmente à gestante; III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º. § 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.* § 1º com a redação dada pela EC 47, de 5-7-2005. § 2º Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.§ 3º Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei. § 4º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. § 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência. § 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano. § 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições: I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal. § 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.* §§ 2º a 8º com a redação dada pela EC 20, de 15-12-1998. § 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. § 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidente do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado. § 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão

em benefícios, nos casos e na forma da lei.* §§ 9º a 11 acrescidos pela EC 20, de 15-12-1998. § 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo.* § 12 com a redação dada pela EC 47, de 5-7-2005. § 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social.* § 13 acrescido pela EC 47, de 5-7-2005.

Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar. * Caput com a redação dada pela EC 20, de 15-12-1998. * Art. 7º da EC 20, de 15-12-1998. § 1º A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos. § 2º As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei. * §§ 1º e 2º com a redação dada pela EC 20, de 15-12-1998. § 3º É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado. * Art. 5º da EC 20, de 15-12-1998. § 4º Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada. * Art. 40, § 14, desta Constituição. * Lei nº 108, de 29-5-2001, regulamenta este parágrafo. § 5º A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada. * L* nº 108, de 29-5-2001, regulamenta este parágrafo. § 6º A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação. * §§ 3º a 6º acrescidos pela EC 20, de 15-12-1998.

Mas entre 1988 e 1998, vozes se ergueram em favor da extinção da aposentadoria por tempo de contribuição, diante de uma interpretação literal do parágrafo 7º, pois que assegurava o direito a aposentadoria, “nas seguintes condições”, e assim, arrolava no inciso I o tempo de contribuição e no inciso II, a idade de 65\60, homem\mulher.

Ganhou a interpretação sistemática, de que a aposentadoria por tempo de contribuição era modalidade autônoma e jamais poderia ser confundida com a aposentadoria por idade, portanto, não se haveria de cumular os requisitos.

Capítulo 12 - A aposentadoria por tempo de contribuição e o pressuposto de configuração da relação de trabalho protegida pelo estado – o conceito de igualdade

Nenhuma importância tem o tipo de serviço prestado, pois que o “ tempo de contribuição”, é o que basta para a Previdência Social, com exceção, das atividades realizadas sob agentes físicos, químicos e biológicos, mas aí, tratar-se-á da aposentadoria especial, objeto para outro estudo.

Mesmo não havendo mais relação entre a atividade exercida e o direito a aposentadoria, que se abstraiu do “ serviço”, para “ contribuição” outrora não foi assim, aliás, o tipo de serviço realizado deu significado a existência da aposentadoria “ por tempo de serviço”, tal fato é bem registrado pelo Direito do Trabalho, que recordamos , por meio do jurista Arion Sayão Romita.

Arion Sayão Romita²⁹ informa-nos que

“Historicamente, o Direito do Trabalho ampliou progressivamente o seu conteúdo, abrangendo sempre e sempre matéria nova, que antes escapava à previsão de suas normas. Assim é que seus preceitos tinham por alvo, inicialmente, apenas a prestação de serviços por trabalhadores nas indústrias urbanas. Aos poucos, tais preceitos foram sendo estendidos ao trabalho prestado no comércio, na agricultura, nos transportes etc. Hoje, pode dizer-se que o Direito do Trabalho compreende todas as formas de atividade profissional em que se verifique a prestação de trabalho subordinado. “ Naquela época, o trabalho autônomo não era regulado pelo Direito do Trabalho. Embora exista atividade laborativa na empreitada, no mandato ou na profissão liberal, tais formas de atividade não ingressavam no campo de aplicação do Direito do Trabalho, pois o empreiteiro, o mandatário ou o profissional liberal (sem relação empregatícia) não exercem trabalho subordinado. É que a extensão, maior ou menor, da matéria abrangida pelo Direito do Trabalho, depende da política legislativa adotada em certo momento histórico e em certo lugar. Por exemplo, o trabalho intelectual e o dos empregados de alta categoria, em certos países ainda hoje, e noutros, em épocas passadas, não constituíam a matéria do Direito do Trabalho. No Brasil, tal não sucede: a Emenda Constitucional n. 1 de 17 de outubro de 1969 (art.165 XVII), repete o princípio (que já vem das outras Constituições, desde 34) da proibição de distinção entre trabalho manual, técnico ou intelectual ou entre os profissionais respectivos. Esse princípio está consagrado também pela legislação (CLT, art.3º., parágrafo único), (págs.73\74)”

Compreende-se do pensamento supra, que o Estado intervém nas relações privadas, como a de trabalho, quanto menor for a proteção de uma das partes, aqui, o trabalhador empregado.

²⁹ ROMITA, Arion Sayão , A Norma Jurídica no Direito do Trabalho

É Octavio Bueno Magano³⁰ que assim diz:

“ à luz da definição apresentada no Capítulo anterior, pode ser o Direito do Trabalho dividido nas seguintes partes: direito individual do trabalho, direito coletivo do trabalho, direito tutelar do trabalho, previdência social e assistência social...” Conforme o autor,” aludida visão ampla do Direito do Trabalho, se contrapõe a de outros autores, segundo os quais a disciplina em causa se divide apenas em dois hemisférios: o do direito individual do trabalho e o do direito coletivo do trabalho, sendo esta a posição de Russomano” .

A previdência social, capítulo inserido na Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT, tem sua raiz portanto no Direito do Trabalho, enquanto norma de proteção do empregado. A autonomia da previdência social, o Direito Previdenciário, nos diz, que o seguro social obrigatório, administrado por órgão estatal (entre nós, da administração indireta, de natureza autárquica), que o impõe aos segurados, por força de disposições legais. Não representa o seguro social, apenas uma obrigação, antes confere ao segurado direitos contra o segurador. O seguro social prescinde do estado de necessidade em que se encontram os segurados, eis que a expressa cobertura de contingências, somente reforçam sua importância como sistema preventivo.

Inegável é a tendência do seguro social, no sentido de alcançar um numero cada vez maior de sujeitos, veja-se no Capítulo anterior a égide constitucional que tomou o assunto. Por outro lado, o conceito de risco social também se alarga constantemente, de tal modo que revela a tendência de cobrir não só os riscos futuros como também os encargos (acontecimentos que geram necessidades suscetíveis de compensação pecuniária: por exemplo, nascimento do filho ou prole numerosa).

Arnaldo Vasconcelos salienta que “as características apresentadas como sendo da norma jurídica não prestam para caracterizar o juízo normativo jurídico. A abstratividade servia para assegurar a igualdade...mas tão só como concebera o liberalismo”. Conclui este autor:

“ Os conceitos liberais de liberdade e de igualdade, por não se compadecerem com a nova ordem de coisas, terão de ser retificados. A liberdade já não poderá ser concebida, de modo negativo, como limite entre o “ meu” e o “teu”, mas há de ser formulada em virtude de nós,

³⁰ MAGANO, Octavio Bueno , Manual de Direito do Trabalho, 3ª. edição, LTR, 2003

positivamente, portanto. E a nova igualdade passará a consistir em tratar desigualmente os desiguais. Então, não se há de falar, por nenhum motivo, em abstratividade da lei”.

Assim, depreende-se que o repensar o princípio da igualdade, conjugado com o princípio da proteção é verificar a importância tão maior da aposentadoria por tempo de contribuição àqueles cujo trabalho provocou maior desgaste e constatar que a ampla maioria dos trabalhadores estão submetidos a jornadas desgastantes, física e mentalmente.

Capítulo 13 - A aposentadoria por tempo de contribuição e a idade do vigor.

A proteção social que ao segurado é conferida, por contingências como a invalidez, o acidente, a idade avançada, é muito mais presente quando confere a aposentadoria por tempo de contribuição. O estado age na contrapartida, das contribuições recebidas. Assim o fazendo atinge sua finalidade , de previdência social, a melhor proteção.

O segurado que alheou sua força de trabalho, aposentado por tempo de contribuição, presume-se, ainda com boa saúde e disposição, que lhe facultará o exercício de atividades remuneradas ou não remuneradas, com qualidade de vida muito superior à que vivia antes da aposentadoria. Aqui, não mais conviverá com o “fantasma do desemprego”, não sofrerá as amarras da relação de trabalho subordinado. A seguridade social, por outro lado, não verá utilizado por tal segurado, ao menos de forma assídua, o “braço da assistência social” e o “ braço da saúde”.

O retorno ao trabalho, pelo segurado por tempo de contribuição, torna-o novamente contribuinte. Ambas as partes se relacionam mais livremente, sem obrigações uma com a outra, de um lado, já está aposentado o novamente segurado”; de outro, a previdência, sem mais lhe dever o benefício já concedido.

Por outro lado ainda, também é certo, que o trabalho exercido pelo aposentado , produz o bem estar de forma ampla, torna-o importante para a família, a comunidade, a sociedade de forma geral, o trabalho assim, é poder, força motriz , é vida.

RIO NOGUEIRA, citado por Fernanda Reis Pereira em sua monografia, supra citada, enumera as diferentes atividades que estariam mais ligadas à capacidade laborativa do ser humano, diferenciando o trabalho intelectualizado do trabalho braçal. Ele ensina que no primeiro caso, aos 65 anos de idade, o trabalhador está no auge da sua produtividade , sendo-lhe menos agressiva a velhice, enquanto no outro, na mesma faixa etária, o laborista encontra-se, seguramente, com 20% da sua produtividade máxima.

Capítulo 14 - A grande dificuldade em completar o tempo de contribuição

Os filiados, a partir de Dezembro de 1998, deverão contar as mulheres, com trinta anos de contribuição, os homens, com trinta e cinco anos. Todavia, há grande dificuldade em atingir o tempo integral, diante da enorme rotatividade existente no mercado de trabalho e do desemprego. Em artigo recente³¹, é a seguinte constatação.

” Brasília - Mulher, pobre, com mais de 11 anos de escolaridade e idade entre 21 e 40 anos. Este é o perfil do desemprego nas principais metrópoles brasileiras. A conclusão consta do estudo *A Desigualdade no Desemprego no Brasil Metropolitano*, divulgado hoje (22) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O presidente do Ipea, Marcio Pochmann explicou que o estudo abrange o conjunto das seis principais regiões metropolitanas que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representam 25% da população brasileira: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Recife. “E ele mostra as principais tendências da evolução da desigualdade no interior do mercado de trabalho para as seis principais regiões metropolitanas brasileiras, desde março de 2002”, afirmou.

Segundo o Ipea, em julho deste ano, a taxa de desemprego entre os pobres foi de 23,1%. “É 5,2 vezes maior do que a daqueles que não se encontravam em situação de pobreza”, disse o presidente do Ipea. No mesmo período, a taxa de desemprego para os trabalhadores não pobres foi de 4,4%. O Ipea considera pobre o indivíduo cuja renda mensal *per capita* da família, ou seja, por pessoa, é de, no máximo, meio salário mínimo.

Quanto à distribuição pessoal de renda, em julho deste ano, registramos que os 20% mais pobres respondiam por 40,4% do desemprego, enquanto os 20% mais correspondiam a 5,2%”, informou Pochmann. “Além disso, mais de 80% da composição absoluta do desemprego estão concentrados entre as pessoas de até

³¹ <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/09/22/materia.2009-09-22.2149795000/view>

40 anos de idade.” Segundo o estudo, nesse período, 59,9% dos desempregados tinham idade entre 21 e 40 anos, e 23% com até 20 anos.

Os homens representavam 44,8% dos desempregados em julho deste ano. Em março de 2002, eles representavam 47,7%. “Isso nos mostra que as mulheres são o contingente mais elevado de desempregados nas regiões metropolitanas analisadas, mesmo tendo elas aumentado sua participação no mercado de trabalho. E se ela for pobre então, tem 38% a mais de chances de estar desempregada”, afirmou o presidente do Ipea.

Segundo o estudo, 27,1% das mulheres pobres estão desempregadas. O índice de desemprego cai para 5,4% quando o perfil é o de mulher não pobre. Já em relação aos homens, 19,6% dos pobres estão desempregados, índice que cai para 3,6% quando se trata de homens não pobres. Pochmann explica que a taxa de desemprego entre os pobres subiu porque o número de desempregados pobres foi reduzido. “E, graças às políticas de garantia de renda, o país conseguiu evitar que, mesmo ficando desempregado, o indivíduo passe a figurar imediatamente como pobre”, completou.

Um ponto que chamou a atenção dos técnicos foi a questão da escolaridade: os desempregados pobres tendem a ter maior dificuldade de conseguirem uma vaga no mercado de trabalho, mesmo tendo mais escolaridade. “Isso nos leva a crer que a educação é condição necessária para o acesso a um melhor posto de trabalho, mas não é necessariamente suficiente para isso”, disse o pesquisador.

A maior parte dos desempregados registrados em julho (56,1%) frequentaram a escola durante 11 ou mais anos. No mesmo mês de 2002, eram 35,6% o número de desempregados com a mesmo tempo de escolaridade. Em julho de 2005, o índice aumentou para 45,8% e, em 2007, para 49,8%. “Muitas conclusões podem ser extraídas dessa informação. Em primeiro lugar, mostra que existe, sim, um preconceito que acaba por valorizar as pessoas de origem não pobre. Há também a questão do racismo, uma vez que há, entre os pobres, um maior número de negros. Além disso, a competição é mais acirrada quando o que há em vista são os melhores postos de trabalho”, analisou Pochmann.

O ritmo de expansão da escolaridade, segundo ele, tem sido maior do que o ritmo de criação de empregos para este grupo. “Bens primários não geram empregos de qualidade e o Brasil precisa ter mais qualidade nas vagas geradas, na busca por produtos com maior valor agregado”, afirmou o presidente do Ipea. “É bom lembrar que escolaridade é diferente de qualificação, que significa adaptação específica a um determinado posto de trabalho”, completou.”

Capítulo 15 - A importância da aposentadoria por tempo na hierarquia das leis

Diante de uma engendrada tentativa de fazer extinguir a aposentadoria por tempo de contribuição, parte-se de fulminá-la pelo meio legislativo a dizer, da importância menor que o legislador constitucional reservou à aposentadoria por tempo de contribuição, disciplinando-a no parágrafo 7º, do artigo 201; a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição proporcional, temos que tais vozes, ficaram mesmo na tentativa.

Da tentativa de interpretação, no sentido da cumulatividade dos requisitos tempo de contribuição e idade, foi finalmente superada. Contra tal interpretação, Kiyoshi Harada³² assim se pronuncia:

“Qualquer acadêmico de direito sabe que os dois incisos do referido § 7º estão a indicar duas espécies diferentes de aposentadoria. Fosse uma só espécie de aposentadoria, por tempo de contribuição com idade mínima, bastaria o § 7º, os incisos teriam sido suprimidos. Além do mais, a Emenda, quando estabeleceu requisitos cumulativos o fez de forma expressa como se verifica de seu art. 9º”.

Quanto a aposentadoria por tempo de contribuição proporcional, o art.9º da EC\20, norma de transição, disciplinou o direito dos segurados anteriores à emenda, garantindo-lhes a aposentadoria por tempo de contribuição proporcional, modalidade agora extinta. Vejamos a leitura do citado artigo.

Art. 9º - Observado o disposto no art. 4º desta Emenda e ressalvado o direito de opção, a aposentadoria pelas normas por ela estabelecidas para o regime geral de previdência social, é assegurado o direito à aposentadoria ao segurado que se tenha filiado ao regime geral de previdência social, até a data de publicação desta Emenda, quando, cumulativamente, atender aos seguintes requisitos: I - contar com cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher; e II - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de: a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º - O segurado de que trata este artigo, desde que atendido o disposto no inciso I do "caput", e observado o disposto no art. 4º desta Emenda, pode aposentar-se com valores proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

I - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de: a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

³² Kiyoshi HARADA, *A falsa polêmica em torno da Aposentadoria e Solução Equivocada*.

II - o valor da aposentadoria proporcional será equivalente a setenta por cento do valor da aposentadoria a que se refere o "caput", acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º - O professor que, até a data da publicação desta Emenda, tenha exercido atividade de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no "caput", terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício de atividade de magistério.

O caráter contributivo, frisado na EC 20\98, ressalva, conforme seu art. 4º., ser considerado "tempo de contribuição", o "tempo de serviço", até que lei discipline a matéria. O art. 4º. , também observando o art. 40, parágrafo 10 diz que a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício. O art.40 da Constituição Federal , está inserido no Capítulo "Da Administração Publica", e na seção "Dos servidores públicos". O artigo 4º., ao fazer tal referencia, garante ao servidor o direito de opção, pelo RPPS-Regime Próprio da Previdência Social ou pelo RGPS-Regime Geral da Previdência Social, alertando-o que o período fictício não será aceito .

O art. 9º da EC 20\98 , referente as normas de transição, não integra a Constituição Federal, veja-se que no art. 201, o art. 9º. da emenda não integrou, todavia, como norma isolada, sua validade é plena, àqueles que nela se respaldarem, para pedir pela regra velha.

A Emenda Constitucional 20 de 15.12.98 , modifica o sistema de previdência social brasileiro , estabelece normas de transição e dá outras providências. Enquanto norma de transição o artigo 9º, pertence aos atos de disposições constitucionais transitórias, portanto, não pode ser encartada no bojo da Constituição, a partir do artigo 201 ao 203, que trata do assunto. Assim, temos a constitucionalidade formal da Emenda 20., porque o processo de elaboração da emenda, segue o disposto no art.60, por voto de 3/5 dos membros do Congresso Nacional.

Quanto a norma de transição , o art. 9º., além de sua constitucionalidade se dar no aspecto formal de sua elaboração, o fato de não integrar materialmente a Constituição, porque norma de transição, não lhe retira a validade de norma

constitucional, a exemplo dos tratados internacionais, que internados, são considerados emendas a constituição, e não integram o texto constitucional.

Por tudo, a aposentadoria por tempo de contribuição é o fundamento da PREVIDENCIA SOCIAL conforme seu próprio significado, “ previdência” e o “ caráter contributivo”, que inclusive está no *caput* do art. 201 CF, a demonstrar que “ basta contribuir” .

Assim, aventar-se ironicamente, que a aposentadoria por contribuição não existe, porque conforme parágrafo 7º. do art. 201, o tempo de contribuição, cumula-se com a idade , é jogar por terra todo o sistema previdenciário, que não existe apenas para contingências, o chamado “ risco social” (idade, doença, maternidade, etc...), mas como retribuição às prestações pagas por segurados, por 30/35 anos.

Dá pra se perceber, que o paternalismo que caracterizou a CF\88, ansioso por recuperar o estado-previdência, que alardeavam “falido”, destinou-o a tantos quantos dele quisesse seus benefícios auferir , desde dona-de-casa até estudantes. Passados apenas dez anos, já em 1998 , tenta colocar freios no constituinte originário de outrora, por meio de interpretações jurídicas, da recuperação do significado do Estado , a fim de frustrar a expectativa dos segurados . De roldão, o legislador infraconstitucional criou o fator previdenciário, na Lei. 8.976\1999, que nada mais é, do que calcular o valor da aposentadoria por tempo de contribuição, levando-se em conta a idade do segurado, assim, quanto menos idade tiver, menor será o valor auferido, chegando-se ao cumulo dos absurdos de “cortar pela metade” o valor.

Capítulo 16 - A aposentadoria por tempo de contribuição e a valorização do salário mínimo

“A ampla filiação à previdência social, que se deu a partir da 05.10.1988, teve dentre outros fatores, assegurar uma renda mensal mínima, de um salário mínimo. Neste ponto, melhor trata o assunto, Eduardo Fagnani , no livro vol.1, Economia Social e do Trabalho, no artigo Salário Mínimo e Seguridade Social: a Vinculação Necessária³³, assim afirma:

“No final de 2004, o Governo Lula adotou uma iniciativa positiva ao instituir o Conselho Nacional do Salário Mínimo, com o objetivo de formular uma política de valorização do salário mínimo. No debate em torno desse tema, ressurgiu a posição dos setores conservadores, que voltaram suas baterias a favor de desvincularem-se o salário mínimo e os benefícios da seguridade social. Reavivando teses que espalham o espectro da catástrofe econômica, difundem que, sem desvinculação, haveria um impacto financeiro que seria “insuportável” para a seguridade social. Além disso, essa medida teria efeitos redistributivos pífios no mundo do trabalho e, sobretudo, no campo da seguridade social.

O paradoxo dos tempos atuais é que essa falsa “escolha de Sofia” tem sido aceita até mesmo por setores ditos “progressistas” e que se mantiveram historicamente comprometidos com a luta por maior justiça social, sabiamente estabelecida pelos constituintes de 1988.

Como se sabe, a Constituição Federal (CF) de 1988 introduziu notáveis avanços no sistema de proteção social no Brasil, com destaque para a Seguridade Social, que contempla os setores da previdência social, assistência social, saúde e seguro-desemprego.

No caso específico da previdência social, a CF corrigiu inúmeras desigualdades do regime urbano. Além disso, instituiu a Previdência Rural, equiparando os trabalhadores rurais aos urbanos, ampliando direitos sociais e trabalhistas e remediando uma omissão secular. Outra inovação da CF de 1988,

³³ FAGNANI, Eduardo, Economia Social e do Trabalho, no artigo Salário Mínimo e Seguridade Social: a Vinculação Necessária – 2007, pág. 58\59

regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), foi a instituição do Benefício de Prestação Continuada (BPC). De caráter não contributivo, o BPC garante o pagamento de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não ter meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Na vigência do princípio da seguridade social, a exigência de comprovar 35 anos de tempo de serviço permitiu que um contingente extraordinário de trabalhadores de baixa renda se incorporasse ao sistema.

Foi no bojo dessas reformas mais amplas que foi estabelecida a vinculação entre os benefícios da seguridade social e o salário mínimo. Especificamente neste caso, a CF inovou em dois pontos principais. O primeiro foi o *piso de um salário mínimo*, fixado para os benefícios. De acordo com o texto constitucional, “nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo” (art. 201, § 5º).

A segunda inovação importante, introduzida pela CF de 1988, foi a diretriz que assegura a “preservação do valor real” dos benefícios da seguridade social. A “irredutibilidade do valor dos benefícios” era um dos objetivos estabelecidos no art. 194. Esse objetivo foi reafirmado pelo art. 201, pelo qual fica “assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei”.

Ao adotarem essas medidas, os constituintes de 1988 investiram na direção de estabelecer garantias contra uma prática recorrente durante a ditadura militar. Por aquela prática, transferia-se, em parte, para os aposentados e para os pensionistas, o ônus do ajuste macroeconômico. Na ausência de regra específica que visasse a preservar o poder aquisitivo real dos benefícios, eles eram reajustados abaixo da inflação; e, assim, rapidamente perdiam poder aquisitivo. Esse expediente foi utilizado, sobretudo, como tentativa para escapar aos efeitos da crise financeira da previdência, fruto da recessão no início dos anos 1980”.

Conforme Márcio Pochmann³⁴, em artigo “ Qualidade das Ocupações no Brasil” (pag.122) “ Por outro lado, em relação à precarização dos postos de trabalho, considerando-se tão-somente o nível de remuneração pago aos novos ocupados, percebe-se imediatamente a reprodução dos baixos rendimentos no país. Em 2004, por exemplo, 38,2% dos ocupados percebiam até um salário mínimo mensal, enquanto em 1999, eram 34,2% trabalhadores que tentavam sobreviver com o valor do mínimo nacional. Noutras palavras, observa-se que, do total de postos de trabalho abertos entre 1999 e 2004, 63,7% respondiam pelo recebimento mensal de um salário mínimo” .

³⁴ POCHMANN, Marcio, Economia Social e do Trabalho, LTR, 2007

CONCLUSÃO

O sistema contributivo tem como premissa maior, a existência do trabalho, *conditio sine qua non* para existir dinheiro. Assim: o trabalho que representa um risco à vida ou à saúde, é aquele em que o trabalhador alheia sua força, é o realizado com subordinação e sob dependência, relação jurídica a qual o estado intervém para garantir direitos mínimos ao trabalhador. Tal trabalho, representa risco à vida no máximo ou à saúde, no mínimo, pelo desgaste, físico, psíquico, que provoca no trabalhador, este trabalhador de que se fala, é a maioria da nação.

A Seguridade Social é matéria de direito público, logo, reside no interesse indisponível a justificar a intervenção do estado, o fator “risco social”. A ratificar a existência do risco social, na aposentadoria por tempo de contribuição, temos que a matéria, e como um todo, a seguridade social, é matéria de direito público, sendo portanto finalidade do estado, garantir o mínimo necessário para uma vida digna (previdência mínima) constante do rol dos direitos humanos.

Mais especificamente no que tange ao nosso tema, o benefício aposentadoria deve ser estudado de forma absolutamente sistematizada, senão vejamos: a aposentadoria nas palavras de Castro e Lazzari é a prestação por excelência da Previdência Social, juntamente com a pensão por morte. Ambas substituem, em caráter permanente, os rendimentos do segurado e asseguram sua subsistência e daqueles que dele dependem.

A abertura da previdência social, a todos quantos queiram participar, inaugurando-se a modalidade de segurado “facultativo” e ao final, os óbices ao direito de aposentadoria por tempo de contribuição, geram no facultativo o sentimento de “traição” do estado e possível interrupção do pagamento. A interrupção do pagamento traição, dessa parcela de segurados, gera crise no sistema previdenciário, pela redução da receita.

A aposentadoria por tempo de contribuição é o cerne da previdência social e jamais pode deixar de existir, sem atrelar-lhe qualquer outro requisito. De seu fato

gerador dependem todos os demais benefícios previdenciários, cuja base de financiamento os mantém.

A previdência social, é antes de tudo, conferir ao segurado que atinge o tempo de contribuição, o prêmio por manter-se ativo no mercado de trabalho e após, já aposentado, poderá contribuir com a sociedade, sem as amarras do trabalho subordinado e o “fantasma do desemprego”. Prevenir, ao aposentado por tempo de contribuição, significa evitar deixá-lo cair no braço da Saúde e assistência social, onerando-as.

O estado-previdência, a um só tempo, propiciará ao aposentado por tempo de contribuição, a dignidade humana plena, como abrirá o mercado de trabalho aos novos, ansiosos pela mesma dignidade, esta proveniente do trabalho.

A aposentadoria por tempo de contribuição, mais que um merecimento ao trabalhador que conseguiu “chegar lá”, é modo de distribuição de renda, pois é fato, que a maioria dos trabalhadores percebem na base de um a dois salários mínimos.

A aposentadoria por tempo de contribuição, é o único benefício previdenciário sonhado, perseguido, acalentado por milhões de trabalhadores, esses, peças de um desenvolvimento econômico, regado portanto, a muito suor.

Ao estado cabe fiscalizar o recebimento do tributo, que é a contribuição previdenciária e punir devidamente os sonegadores. Deve ainda, conduzir o orçamento em benefício do segurado, a atender as contingências, propiciando as aposentadorias devidas, evitando assim, conduzir-se em mudanças imediatistas, tópicas, como aumento de contribuições ou redução dos valores dos benefícios

Viver com dignidade é direito conquistado pelo aposentado por tempo de contribuição e a dignidade, não é um modismo, um “querer demais”, mas faz parte do objetivo que a Constituição Federal imortaliza, principio maior dentre todos os demais princípios que elenca.

Não é oportuno, rediscutir-se a discriminação dos sexos no tocante aos requisitos para obtenção de benefícios previdenciários. A mulher, objeto da proteção do estado, ainda mantém os requisitos que tinha sua antecessora, quanto do

privilégio de aposentar-se com menos cinco anos, que o homem, ou seja, mais de um filho , dupla jornada.

A todos, ao menos um salário mínimo para subsistência. Ao aposentado por tempo de contribuição, “o” salário mínimo, *quiçá* dois, não é favor, mera distribuição de renda, é direito, é reciprocidade.

Não cremos na extinção da Aposentadoria por Tempo de Contribuição, mas a nova reforma da previdência com certeza atrelará à contribuição a idade, logo, teremos a aposentadoria por tempo de contribuição e idade, como ocorria à época das Caixas e dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, bem como nos dois primeiros anos de vigência da LOPS. Todavia, é conveniente que a idade mínima seja elevada. Se fixada em 65 anos, para o homem, e 60 anos, para a mulher, ter-se-á aproximado demais este benefício da aposentadoria por idade, já assegurada no nosso direito. Melhor será o estabelecimento de limites mais baixos (60 e 55 anos, respectivamente para homens e mulheres, conforme, aliás, propunha a PEC 33/95).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

HORVATH JUNIOR, Miguel. **Curso de Direito Previdenciário**. 5. ed. São Paulo. Quartier Latin, 2005.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da seguridade social**. 27ª. ed. São Paulo. Atlas, 2008.

MARTINEZ, Wladimir Novaes, Curso de Direito Previdenciário-Tomo I – Noções de Direito Previdenciário, 2ª. Ed. Ltr, 2001

GONÇALVES, Ionas Deda ,Direito Previdenciário, coleção Curso e Concurso, Saraiva, 2005

CASTRO, LAZZARI, Carlos A. Pereira; J. Batista. Manual de Direito Previdenciário, 10ª. ed. Editora Conceito, 2008

XAVIER RIBEIRO, Juliana de Oliveira, Direito Previdenciário, ed. Quartier Latin, 2008

DUARTE, Marina Vasquez, Direito Previdenciário, 6ª. edição, ed. Verbo Jurídico, 2008, pág.111\113)

Comissão da Câmara aprova o fim do fator previdenciário - Último ...17 Nov 2009 ...
Comissão da Câmara aprova o fim do fator previdenciário
BRÁSÍLIA<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2009/11/17/comissao+da+camara+ap+rova+o+fim...>

Expectativa de vida baixa média do IDH brasileiro - Último Segundo ...5 Out 2009 ...
Expectativa de vida baixa média do IDH brasileiro O desempenho do Brasil no ranking do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2009/10/05/expectativa+de+vida+baixa+media..>

O jornal AGORA SÃO PAULO , edição de 15/02/09

Lei

BRASIL. Lei n. 8.212, de.....1991. Dispõe sobre LEI ORGANICA DA SEGURIDADE SOCIAL Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Seção 1

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Dispõe sobre o Código Penal

Revista de Direito Social, editora NOTADEZ n. 32, 10\12 – 2008-periodicidade trimestral, ano VIII – SP 3367.1010 - págs. 55\70 POR : Fernanda Reis Pereira: nomografia de conclusão de semestre na disciplina de Direito Previdenciário do mestrado da PUC\SP, sob coordenação do Prof. Dr. Wagner Balera. Conforme Fernanda Reis Pereira

MARTINS, Sergio Pinto, Direito da Seguridade Social, Atlas, 6ª.ed., 2005.).

Eduardo Rocha Dias Professor de Direito Previdenciário da Universidade de Fortaleza - Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará-Procurador do INSS em Fortaleza, pág. 45

Armando de Oliveira Assis, Op. cit., p. 31-32 pág.

Constituição

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. (Coleção Saraiva de Legislação).

A NORMA JURIDICA NO DIREITO DO TRABALHO – CAP.IV, Arion Sayão Romita.

MAGANO, Octavio Bueno , Manual de Direito do Trabalho, parte geral, 3ª. edição, LTR,

EMENDA CONSTITUCIONAL n. 20 de 16 de Dezembro de 1998

FAGNANI, POCHMANN, Eduardo, Marcio, Economia Social e do Trabalho, vol.1, Salário Mínimo e Seguridade Social: a Vinculação Necessária